



PARA ALÉM DE UMA *NOTA SOBRE A PESSOA*

Au-delà d'une Note sur la Personne

Pedro Henrique C. Silva¹

Weiny César Freitas Pinto²

RESUMO

O presente artigo pretende resumir e interrogar o conceito de “pessoa” na filosofia de Paul Ricœur (1913-2005) a partir do texto *Note sur la personne* (*Nota sobre a pessoa*). Esse texto foi publicado em 1936 na revista teológica *Le Semeur* (*O Semeador*), um pequeno ensaio no qual Ricœur visa apontar o valor conceitual que a noção de pessoa possui, além de apresentar as características constituintes dessa noção.

Palavras-chave: Pessoa. Filosofia. Paul Ricœur.

RÉSUMÉ

Cet article vise à résumer et interroger la notion de « personne » dans la philosophie de Paul Ricœur (1913-2005) à partir du texte *Note sur la personne*. Ce texte a été publié en 1936 dans la revue théologique *Le Semeur*, un court essai dans lequel Ricœur entend souligner la valeur conceptuelle que possède la notion de personne, en plus de présenter les caractéristiques constitutives de cette notion.

Mots-clés: Personne. Philosophie. Paul Ricœur.

Introdução

Sabemos que no Brasil, o trabalho mais completo a respeito desse tema e desse texto é de Tiellet, 2020: *Segunda pessoa e casos-limite em Paul Ricoeur*. Recomendamos vivamente ao leitor interessado que consulte o trabalho de Tiellet para obter informações mais aprofundadas, uma vez que nossa intenção geral é apenas elaborar um conteúdo introdutório ao tema e texto aqui propostos. O interesse que nos move nesta modesta iniciativa tem origem no trabalho de tradução, em andamento, que estamos realizando de *Nota sobre a pessoa*.

¹Discente do Curso de Filosofia da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). E-mail: pedro.h.c.silva@ufms.br

² Professor do Curso de Filosofia e do Programa do Pós-graduação em Psicologia da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). E-mail: weiny.freitas@ufms.br

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção descrevemos nossas considerações acerca da noção de pessoa tal como ela aparece nas sete seções do texto de Ricœur. Na segunda seção, tentamos ir “além de uma nota sobre a pessoa”, registrando algumas indagações à argumentação ricœuriana.

A Pessoa em *Note sur la personne* (1936)

Nota sobre a pessoa é o segundo texto da vasta trajetória filosófica de Ricœur. Trata-se de um pequeno ensaio dividido em sete seções por meio das quais o filósofo articula e apresenta suas ideias acerca do valor da noção de “pessoa”. Ricœur inicia o texto apontando o seu objetivo como sendo apenas uma argumentação especulativa, não se preocupando com o discurso de aprofundamento filosófico, religioso ou social sobre o tema (Ricœur, 1936, p. 437). Sob a influência filosófica do personalismo de Emmanuel Mounier (1905-1950) e do existencialismo de Gabriel Marcel (1889-1973), o ensaio trata essencialmente de apresentar como a noção de “pessoa”, baseada na figura existencialista da “encarnação”, ultrapassa a noção de “indivíduo”, reduzida a mero objeto das ciências positivas. Para Ricœur as características singulares da noção de “pessoa” são essenciais para pensar o indivíduo.

Na primeira seção do texto, intitulada *La personne et l'individu* (*A pessoa e o indivíduo*), Ricœur inicia sua argumentação mediante a pergunta: “o que é a pessoa?”. Tomando a via negativa de resposta, o autor traz três traços exemplares a partir da perspectiva científica para demonstrar especialmente o que a pessoa não é, e então destaca aquilo que constitui suas características. A ciência biológica certifica que as forças físico-químicas, ajustadas por um sistema de vias internas, secreções, proporcionam um equilíbrio vital ao ser humano, culminando em um determinado temperamento emocional que potencialmente molda o indivíduo; contudo, uma pessoa não é um “temperamento”. As ciências psicológicas, por sua vez, afirmam que o indivíduo é formado por um sistema de hábitos, tendências, costumes e instintos, que são, de forma coletiva, parcialmente herdados, e pelas aquisições individuais, parcialmente aumentados. Essa constituição psicológica prolonga o temperamento biológico para tornar o indivíduo uma personagem de comportamentos; porém, uma pessoa não é uma “personagem”. Por fim, as ciências sociais demonstram que o indivíduo com certo temperamento, manifestando-se por meio de uma personagem, não se desenvolve a partir de um único aspecto, já que sua mentalidade é composta por fatores econômicos, sociais, morais, educacionais e religiosos. O ambiente onde habita e as situações vividas moldam sua mente, e, no



entanto, sua ação não é inteiramente determinada por forças sociais, logo, uma pessoa não é uma “mentalidade”.

Em suma, conforme a argumentação ricœuriana, o indivíduo só pode ser apreendido como objeto das ciências biológicas, psicológicas e sociais a partir, respectivamente, do seu temperamento emocional, de seu caráter pessoal e de sua mentalidade. Ou seja, o que as ciências positivas fazem é reduzir a pessoa à figura do indivíduo analisável, para então ser explicado. No entanto, segundo Ricœur, a pessoa não é o indivíduo, pois o “temperamento emocional”, um “personagem” com comportamentos específicos ou determinada “mentalidade” não constituem integralmente a pessoa. Nas palavras do próprio filósofo: “[...] se chamo de *indivíduo* o *temperamento* prolongado pelo *caráter* [personagem de comportamentos], coroado pela *mentalidade*, diria que *a pessoa não é o indivíduo*.” (Ricœur, 1936, p. 438, grifo nosso, tradução nossa). Nesse sentido, as respectivas ciências mencionadas só visam o indivíduo, pois não contemplam a integralidade do ser humano, que é também a pessoa.

Na segunda seção, *La personne et la Science (A pessoa e a ciência)*, Ricœur argumenta que o *temperamento*, causado pelo sistema biológico, o *caráter*, proporcionado pelas forças psicológicas, e a *mentalidade*, constituída pelos fatores sociais, seguem leis aproximadas – previsíveis e determinantes –, e, portanto, a partir de específicas condições estabelecidas é possível a previsão e determinação de respectivos efeitos. Em outras palavras, tais características do indivíduo tornam-no um objeto previsível e determinado pela ciência. Daí decorre o problema, pois, no momento que o ser humano passa a ser objeto da ciência, ele deixa de ser uma pessoa, conforme Ricœur: “[...] Na medida em que o homem é objeto da ciência ele não é uma pessoa.” (Ricœur, 1936, tradução nossa).

É a partir da terceira seção, intitulada *L’acte et la personne (O ato e a pessoa)*, que Ricœur apresenta um elemento importante daquilo que ele propõe como sendo a singularidade integral da pessoa: o ato; porém, ainda aqui é preciso salientar, a pessoa não é um ato, um ato não é uma pessoa. Conforme dirá o filósofo: “A pessoa *age* e não é coagida. [...] A pessoa é o que reivindica determinado ato, o que se solidariza com esse ato, assume suas conseqüências, é responsável por ele.” (Ricœur, 1936, p. 439, tradução nossa).

Desse modo, para Ricœur, o ato é, em primeiro lugar, o resultado da liberdade radicalmente ativa do meu fazer: “[...] eu sou pessoa quando eu faço o que eu faço [...]”

(Ricœur, 1936, p. 438, tradução nossa), não quando sou determinado por qualquer outra força, porque o que eu faço se explica por mim mesmo (*moi*), por minha livre decisão. É nesse sentido que a fórmula “A pessoa *age* e não é coagida” deve ser compreendida. Logo, o ato não pode ser apreendido externamente, é somente para o autor, para o agente, para a pessoa que o ato se concretiza, daí as figuras da responsabilidade, da solidariedade e da reivindicação, ou seja, a concretude do ato somente é alcançada no fazer singular da pessoa.

Por isso, dirá Ricœur (1936, p. 439), a pessoa sou *eu* e a pessoa é *você*, nunca *ele* é a pessoa; o ato é *meu* e o ato é *seu*, nunca é *um* ato qualquer. O ato e a pessoa são irreduzíveis conceitualmente e impossíveis de constituírem-se como simples entidades de fundamentação para um sistema metafísico, pois, “Pessoa e ato são verbos: ‘Eu ajo’. Falar deles é instituí-los em substantivos, em entidades, e degradá-los.” (Ricœur, 1936, p. 439, tradução nossa).

Na quarta seção, *L’act et l’instant (O ato e o instante)*, Ricœur aponta a dimensão do momento – o instante –, como singular para a caracterização do ato. “O ato, dizem os personalistas, não é no tempo, mas no instante. [...]” (Ricœur, 1936, p. 440, tradução nossa). Ao contrário das leis científicas, determinadas no tempo, que regulam o temperamento, o caráter e a mentalidade do indivíduo, o ato da pessoa é autoexplicativo no *instante*. Mas o que é o *instante*? É uma pura posição, não apenas dissociável do tempo, da duração, mas homogêneo à eternidade. É nesse sentido que Ricœur destacará o *instante* como característica fundamental do ato, sendo este, expressão da eternidade no tempo.

Em sua quinta seção, *La personne et l’incarnation (A pessoa e a encarnação)*, o filósofo inicia sua exposição com o seguinte questionamento: como conectar temperamento, caráter e mentalidade à noção de pessoa? Aparentemente, Ricœur opôs as características do indivíduo com a noção de pessoa, porém, sua alternativa é superar a herança do dualismo cartesiano: não há divisão entre alma e corpo; a pessoa, no ato, e o indivíduo, com seu temperamento, caráter e mentalidade, são um e o mesmo. O ser humano é um “todo unificado”. Ele é carne e criação, pois, conforme o filósofo, “[...] sou vocação livre (e crio algo no mundo), e ao mesmo tempo eu sou um corpo entre corpos.” (Ricœur, 1936, p. 440-1, tradução nossa). Em outras palavras, aquilo que constitui o ser humano é 1) uma pessoa que concretiza um ato singular, 2) criando uma nova situação no mundo, porque, 3) é um indivíduo que compartilha do temperamento, do caráter e da mentalidade com outros corpos.

Se fizermos agora uma retomada da argumentação ricœuriana até este ponto, nisto



consiste o que Ricœur chamará de dilema da noção de pessoa ou paradoxo da *encarnação*: de um lado, pessoa – ato – instante/eternidade – criação; de outro, indivíduo – temperamento, caráter e mentalidade – duração/tempo – corpo/carne. Da pessoa *versus* indivíduo à criação *versus* carne, Ricœur nos leva a um conjunto de paradoxos que encontra sua formulação maior na noção de *encarnação*. Esse termo tem aqui um sentido muito preciso, significa a concretude existencial do corpo humano, muito usual na filosofia existencialista de Gabriel Marcel, de quem Ricœur tinha neste momento grande proximidade intelectual.

Com efeito,

[...] Esse paradoxo tem um significado existencial, no sentido de que uma determinada situação concreta, a situação mais concreta do homem, só pode ser apreendida por meio de duas afirmações em estado de tensão. O paradoxo é, na maioria das vezes, a única maneira de abordar o concreto. ‘A pessoa é a encarnação impensável da eternidade no tempo’ (D. de Rougemont) (Ricœur, 1936, p. 441, tradução nossa).

Tendo esclarecido o paradoxo da encarnação como a “afirmação de um estado de tensão”, Ricœur afirma, por outro lado, que em determinadas situações de crise, essa tensão se desproporcionaliza, já que a pessoa pode suspender a previsibilidade comportamental. Crise, nesse sentido, consiste na tensão existencial, nas situações difíceis que o ser humano tem de enfrentar e solucionar, sejam elas do âmbito ético, religioso, afetivo ou racional. Desse modo, diante de certas situações de crise, ao romper o “ciclo fatal” da ação observado pelo determinismo, o ser humano encontra-se mais próximo à dimensão da pessoa. Isso se dá, porque a ação humana não é oriunda apenas do determinismo mas também da capacidade de criação. Nesse sentido, segundo Ricœur, “A pessoa é o que faz fracassar as leis. Ela as obriga a serem apenas aproximativas, porque o rigor das leis mede nossa degeneração.” (Ricœur, 1936, p. 442, tradução nossa).

A título de ilustração, Ricœur aplica suas observações ao *determinismo* social do marxismo. O determinismo no marxismo, percebido por Ricœur, consiste na ideia central de que a estrutura econômica determina a ideologia na sociedade; porém, o problema maior não é simplesmente o determinismo econômico, qualquer tipo de determinismo é problemático: “[...] porque um determinismo radical significa que não há mais pessoas para agir. [...]” (Ricœur, 1936, p. 442, tradução nossa). Nesse quadro, encerrando sua argumentação sobre a encarnação, Ricœur estabelece uma tarefa específica para a pessoa: “conduzir o peso da carne e, às vezes, desviar o obstáculo.” (Ricœur, 1936, 442, tradução

nossa). Em suma, a pessoa mediante sua capacidade de criação contorna os desafios do determinismo.

Adentrando próximo ao desfecho de seu ensaio, na seção seis, Ricœur explora três traços que manifestam a singularidade da pessoa no ato: *vocation, engagement, témoignage* (*Vocação, engajamento e testemunho*). A pessoa se manifesta inicialmente mediante uma vocação, na qual torna-se engajada a cumpri-la. Vocação e engajamento são os dois traços iniciais da manifestação pessoal: um chamado utópico, religioso, deontológico, para o qual a pessoa é vocacionada, concede engajamento à tarefa a ser executada, testemunhando suas ações no tempo, isto é, encarnando-as na história. Assim, seus atos são testemunhos de sua vocação tornada engajada. De certa forma, as ações testemunhadas comprometem a vocação da pessoa, pois revelam seu real engajamento.

Ademais, é somente no entregar-se a si mesmo, que a pessoa experimenta o auge das manifestações singulares, o cume do próprio testemunho pessoal de engajamento, segundo Ricœur: “O ápice extremo do engajamento, do testemunho, da responsabilidade, da vocação é o *sacrifício*: a carne se apaga na ordem visível diante da vocação.” (Ricœur, 1936, p. 443, grifo nosso, tradução nossa). O sacrifício é o limite do compromisso engajado e testemunhado, pois a entrega de si mesmo é totalmente deliberada e visivelmente exemplar. Entretanto, o autor cita a indiscernível situação do suicida comparada com aquele que se sacrifica. O suicídio, conforme Ricœur, é o exato oposto do sacrifício, pois nele a pessoa nega toda vocação; ignorando o testemunho e desengajando-se da vida.

Na sétima e última seção do ensaio, *Retournement merveilleux* (*Inversão maravilhosa*), Ricœur assinala a fundamental e transformadora perspectiva cristã referente à noção de pessoa. Para o cristão, a pessoa é completa apenas quando é entregue a Deus como uma dádiva. Antes do ato de criar, o cristão se deixa ser criado. Para que possa viver, ele morre. Nisto consiste a *maravilhosa inversão*. Diferentemente da abordagem nietzscheana ou estoica, que enclausura a personalidade em torno de si mesma e de sua agressividade, o cristão possui e dá ao outro somente o que recebe de Deus. É nesse sentido que, “a pessoa se encontra no seu radical desapego em Deus.” (Ricœur, 1936, tradução nossa), ou seja, é na entrega ao ser divino, mediante a auto-abnegação, que a pessoa encontra a plenitude de si.

Em suma, concluirá o filósofo:

Sou mais pessoal quando menos penso em ser assim. Por quê? Porque a pessoa é *chamada* não por uma utopia, um mito ou mesmo um valor, mas pelo supremo concreto, a Pessoa em si, Jesus “o limite *alcançado*



pela pessoa na história.” (Denis de Rougemont). (Ricœur, 1936, 444, tradução nossa).

Retomando a argumentação de Ricœur em suas duas últimas seções, podemos afirmar que a figura emblemática de Jesus é concebida como o limite alcançado pela pessoa na história, pois é o paradoxo, por excelência, da encarnação da eternidade no tempo; seu ato de engajamento testemunhado, concretizado no instante do sacrifício, revela sua vocação – carne e criação.

Para além de uma *Nota sobre a pessoa*

A ideia de um “para além de uma nota sobre a pessoa” é simplesmente registrar algumas interrogações ao texto de Ricœur a respeito de três pontos muito específicos de sua argumentação: 1) as noções de pessoa e de ato como elementos filosóficos; 2) a autonomia radical da ação, expressa na fórmula “a pessoa age e não é coagida”; e 3) a plenitude da pessoa baseada no modelo da figura de Jesus.

Em nossa opinião, esses três pontos estruturam o cerne da reflexão ricœuriana no texto em questão. Isso significa que as outras categorias conceituais, por exemplo, criação, encarnação, vocação, engajamento, testemunho etc., apesar de sua importância evidente, giram principalmente em torno desses três pontos. Nossas indagações não representam qualquer posição apressadamente crítica ou negativa, apenas queremos esboçar inquietações que este pequeno e inicial, mas intrigante e fecundo texto de Ricoeur, nos suscitou.

Referente ao primeiro ponto, em qual nível exatamente Ricoeur concebe a noção de pessoa como fundamental para sua filosofia, uma filosofia da pessoa, ou sua antropologia filosófica posterior? O que significa, nesse contexto, a afirmação seguinte: “O ato e a pessoa, ao contrário das essências e valores, não podem ser os *elementos de uma filosofia*.” (Ricœur, 1936, p. 439)? A saída metodológica de seu texto estaria em desenvolver apenas uma “*Nota sobre a pessoa*”, conforme esclarecido no início: “[...] esta restauração [a noção de pessoa] situa-se mais frequentemente na encruzilhada de um aprofundamento filosófico e religioso e de um esforço socialmente construtivo. Hoje vou mostrar apenas o lado especulativo” (Ricœur, 1936, p. 437)?

É certo que Ricœur não constrói nenhum sistema e não delinea uma abordagem metafísica da noção de pessoa e da dimensão do ato, pois, ao apresentar a concretude da pessoa (*eu*, pessoa; *você*, pessoa) e a “instantaneidade” do ato (*meu* ato, *seu* ato), o autor

revela sua real existência e efetividade no mundo, conforme suas considerações: “[...] ato e pessoa são irreduzíveis a qualquer abordagem metafísica que consistia em tratá-los como objetos, entidades, mesmo existências, e a construir sobre eles um sistema.” (Ricoeur, 1936, p. 439, tradução nossa). Logo, a pessoa não é uma essência e o ato não é um valor. Porém, ao conceber o ser humano como “pessoa”, explicando sua unificação junto à carne, não estaria o filósofo pensando em uma entidade abstrata?; e, ao explicar o ato como livre e criador, não há uma redução do ato à existências, ou situações particulares objetivas? Se de fato, conforme Ricoeur aponta: “Falar deles [pessoa e ato] é erigir-los em substantivos, em entidades, e degradá-los.”, então, pessoa e ato não podem ser reduzidos a entidades conceituais. Não há como explicar tal noção e dimensão, pois ao conceber a noção de pessoa e sua respectiva dimensão, o ato, não estaríamos nós erigindo-os em substantivos, termos conceituais, categorias explicativas, “*elementos de uma filosofia*”, restando-nos, “para além de uma *nota sobre a pessoa*”, somente vivenciar a pessoa que se é e o ato que se faz? Ricoeur não menciona o problema de uma metalinguagem – se é que essa é a questão aqui –, e no entanto, parece mesmo assim respondê-lo: “Pessoa e ato são verbos: “Eu ajo” (Ricoeur, 1936, p. 439). Em suma, eis a filosofia da pessoa segundo Ricoeur: “Eu” – pessoa – “ajo” – realizo meu ato, que é livre e criador.

Sobre o segundo ponto, a noção de pessoa em Ricoeur não fica atrelada a uma condição excessivamente idealista de pessoa? Ou seja, supor, como faz a sua fórmula, “a pessoa age e não é coagida”, não é superestimar o ideal da capacidade de criação humana? Embora saibamos que o embate de Ricoeur se dá com os graves problemas do determinismo (biológicos, psicológicos e sociológicos), a noção de pessoa levada adiante pelo filósofo não subestima demasiadamente os limites da carne? Por fim, o que exatamente o filósofo propõe: que a liberdade da ação humana é absoluta?

Se conforme Ricoeur, “sou mais pessoal quando menos penso em ser assim” e “eu sou uma pessoa quando faço o que faço”, pois, minha ação é pautada na “minha livre decisão”, então, a liberdade da pessoa é aparentemente concebida como ideal e ilimitada. Entretanto, se o ato que a pessoa realiza é devido a sua conformidade a vocação recebida, logo, a *livre* decisão da ação estará sempre condicionada, ou, *coagida*, pela vocação, isto é, o chamado que a pessoa recebe para orientação existencial. Em outras palavras, ao acolher a vocação que lhe foi dada – vocação de existir livremente –, a pessoa torna-se sujeita ao seu determinado chamado e seus atos manifestam apenas o que anteriormente a vocação orienta. Além do mais, seu engajamento, testemunhado por meio de seu ato singular, que “cria algo no mundo”, é simplesmente limitado, pois seu “corpo entre



corpos”, restringe sua livre criação, uma vez que, a carne é materialmente finita, historicamente factível no tempo e existencialmente determinada pelas leis. Portanto, em nossa análise, a resposta argumentativa que o filósofo elabora como sendo o “paradoxo da encarnação”, é apenas inicialmente satisfatória para explicar a tensão entre indivíduo e pessoa, carne e criação, pois carece de maiores desenvolvimentos explanatórios e aprofundamentos implicativos.

Reconhecemos, entretanto, que ao apontar essa saída alternativa, o filósofo desenvolve um simples e didático esquema para apresentar a dualidade humana, que não é a mesma do velho dualismo cartesiano, descobrindo e apontando as dimensões da tensão. Conforme nosso entendimento, o que Ricœur concebe como ato livre e criador não é o mesmo que a idealista liberdade ilimitada, pois, se de um lado, o ser humano é constituído da noção de pessoa, por outro lado, ele é também carne, indivíduo determinado e previsível. O ser humano, enquanto carne, é *coagido* por ser indivíduo, logo, há a ação previsível, o determinismo; entretanto, “a tarefa da pessoa é conduzir o peso da carne e, às vezes, desviar o obstáculo.” (Ricœur, 1936, p. 442, tradução nossa), a criação suspende a determinação, o ato contorna a lei previsível, e é somente por isso que podemos conceber que “a pessoa [e somente enquanto pessoa] age [cria] e não é coagida [determinada].”

Ademais, gostaríamos de salientar ainda uma complementar indagação que a argumentação do autor sobre “criação e carne” nos suscitou. Se “a tarefa da pessoa é conduzir o peso da carne” e no sacrifício “a carne se apaga na ordem visível antes da vocação”, podemos presumir que a tensão entre pessoa/criação *versus* indivíduo/carne, não necessariamente é desproporcionalizada pelo rompimento da previsibilidade comportamental apenas em certas situações de crise, ou seja, o “ciclo fatal” da ação previsível da carne é rompido também pelo sacrifício, sendo este, testemunho, vocação e engajamento supremo da pessoa, pois é ato de criação pelo qual conduz a carne, “apagando-a na ordem visível”. Porém, resta o questionamento: seria o sacrifício, ou mesmo o suicídio – em que pesem as diferenças entre ambos, conforme indicado por Ricœur –, o ato no instante que rompe o “ciclo fatal” da ação previsível da carne diante de insolúveis e contingentes situações de crise?

Sobre o terceiro e último ponto, por que Ricœur concebe a figura de Jesus como o limite alcançado pela pessoa na história – como o modelo de pessoa –, sendo este não apenas um homem, mas Deus, conforme a tradição teológica? Qual o significado da

afirmação de que Jesus é “[...] o supremo concreto, a Pessoa em si [...]”? O que explica o fato de a pessoa ser mais pessoal especialmente quando chamada por Jesus e não por uma utopia, um mito ou um valor? Não seria a figura de Jesus, o modelo inatingível de pessoa?

Segundo Ricœur, a singularidade e a transformação que o cristão, o crente no Cristo, tem a acrescentar para a noção de pessoa, é que ela é completa na livre e gratuita entrega que faz de si a Deus. Poderíamos dizer que é no desapego de si, com fim a Deus, que a pessoa é encontrada de forma plena. Se a “pessoa só se encontra plenamente no final de seu desapego em Deus” e uma pessoa é “mais pessoal quando menos pensa em ser assim”, explica-se, então, a razão para o modelo da “Pessoa em si”, isto é, a figura de Jesus, ser, não uma utopia, pois é o “limite *alcançado*”; não um mito, pois é uma “pessoa na história”; e não um valor, pois é o “supremo concreto”, mas, o Deus-homem/homem-Deus, o “paradoxo da encarnação”, aquele que recebeu uma vocação, se comprometeu a cumpri-la, tornou-se carne e como testemunho se sacrificou no instante do ato, e então chama, vocaciona, pessoas a serem completas.

No entanto, Jesus é um modelo atingível de pessoa? Se concebermos a figura de Jesus, *apenas* como aquele que chama pessoas a serem verdadeiramente pessoais, mediante seu testemunho de vocação engajada e testemunhada, não haverá problema com o modelo desse Deus-homem/homem-Deus; porém, como pode ele ser a “Pessoa em si” sendo também divino? O “paradoxo da encarnação”, exposto por Ricœur a partir de Marcel, não contempla o aspecto divino, só há carne e criação, nada de “salvação”. As implicações da figura de Jesus como modelo de pessoa é que, para o cristão, ser pessoa é um movimento mútuo de atuação: receber um chamado e entregar-se no ato, ganhar uma vocação e doar-se na ação, engajar-se a abrir mão, testemunhar se sacrificando, isso é a maravilhosa inversão.

Referências

RICŒUR, Paul. Note sur la personne. **Le Semeur**, 38/7, (1936), p. 437-444.

TIELLET, Claudia Aita. **Segunda pessoa e casos-limite em Paul Ricoeur**. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Rio Grande do Sul, 2020.